

IMPACTO FINANCEIRO DA ADOÇÃO DE UM CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUE SUSTENTA AGRICULTURA - CSA/MANAUS

Mona Larissa Costa Freire¹, Nyalle Barboza Matos², Elisangela Leitão Oliveira³,
Leandro Marcondes Carneiro⁴, André Petzhold Dias⁵

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo descrever o impacto financeiro causado pela adoção do modelo de comercialização da Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA Manaus, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021. A CSA é um movimento da sociedade civil que se organiza para custear a produção de determinados produtores, auferindo em troca a produção agrícola. A metodologia utilizada consiste em um estudo de caso, que triangulou informações levantadas por meio de entrevistas com os proprietários do sítio, analisou documentos contábeis e financeiros e posteriormente elaborou com base em documentos fornecidos pelo produtor rural e em entrevistas, demonstrações contábeis e calculou índices financeiros. Ao longo do período da análise, a CSA passou a responder de 33% em 2019 a 98% em 2021 do faturamento do sítio analisado. Como resultado dos métodos empregados de elaboração e análise das Demonstrações Financeiras corroboram que a Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA Manaus cumpre com a cobertura dos custos da produção agrícola do sítio, mas é insuficiente para a cobertura das despesas gerais, administrativas e financeiras, carecendo de ajustes. Contudo, ressalta-se que este resultado pode estar viesado pela escolha do período de análise, que coincide com o período de pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: administração rural; comunidade que sustenta a agricultura; contabilidade; resultado econômico e financeiro; econômico-financeiro.

-
- 1 Pós-graduada em Compliance e Integridade Corporativa pela PUC/MG; Gerente de Apoio no Ministério Público do Amazonas.
 - 2 Doutora em Contabilidade pela Universidade de Brasília; Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amazonas.
 - 3 Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas
 - 4 Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná; Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas
 - 5 Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo; Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas

-- ARTIGO RECEBIDO EM 20/06/2023. ACEITO EM 05/10/2023. --

FINANCIAL IMPACT OF ADOPTING A SHORT MARKETING CIRCUIT: A CASE STUDY IN THE COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE - CSA/MANAUS

Abstract: This paper analyzes the financial and economic impact of joining an organic production site that decided to adhere to the sales model of a short distribution circuit, integrating the Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA movement, from January 2019 to December 2019. 2021. The CSA is a civil society movement organized to fund the production of certain crops, earning agricultural production in return. The research method used consists of a case study, which triangulated information gathered through interviews with the owners of the site, analyzed accounting and financial documents and subsequently prepared accounting statements and calculated financial ratios. Over the period of analysis, the CSA started to respond from 33% in 2019 to 98% in 2021 of the revenue of the analyzed site. As a result of the methods employed in the preparation and analysis of the Financial Statements, it is shown that the Community that Supports Agriculture - CSA Manaus covers the costs of agricultural production on the site, but is insufficient to cover general, administrative and financial expenses, lacking settings. However, it should be noted that this result can be seen as a choice for the period of analysis, which coincides with the of the Covid-19 pandemic, in which several sectors of the economy protected by the closure of trade and local business fairs.

Keywords: Farm Management. Community Supporting Agriculture. CSA. Accounting. Economic and financial result.

1 INTRODUÇÃO

As últimas cinco décadas demonstraram o avanço, em âmbito global, de modelos alternativos de consumo. Tal fenômeno é observado pelo meio acadêmico, sendo denominado, na literatura internacional, de redes alimentares alternativas (*Alternative Food Networks* – AFNs). As evidências apontam que o sistema alimentar convencional não está sendo suficiente para superar os desafios de sustentabilidade (MICHEL-VILLARREAL *et al.* 2019).

Como alternativas, as feiras de produtores promovidas pelos governos locais, entrega de cestas (solicitadas online ou por assinatura), pequenas lojas de produtores, venda na propriedade ligada ao agroturismo, entre outras formas de venda direta e outras formas de comercialização, tem sido utilizadas em todo o mundo como aplicação do conceito de AFN (DAROLT *et al.*, 2016).

Dentre uma das diversas estratégias usadas como AFN, as cadeias agroalimentares curtas de abastecimento são percebidas como novas formas de interação entre produção e consumo, que incentivam e resgatam a identidade de produtos, vinculando-os não apenas pelo preço, mas por valores sociais, que envolvem aspectos culturais e ambientais, incentivando a interação destes com a atividade econômica produtiva (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Do ponto de vista econômico, uma cadeia curta representa uma venda direta, estreitando o elo entre produtor e consumidores, que passa a interagir sem intermediários, em que consumidores e outros tipos de interlocutores, como restaurantes, lojas especializadas ou outros públicos, são os agentes com os quais os produtores de alimentos interagem diretamente sem intermediários (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Um dos modelos de AFN, que ora se pretende analisar, é denominado *Community Supported Agriculture* – CSA que se constitui em uma conquista de um sistema diferenciado de distribuição de alimentos sustentável a preços acessíveis para todos os consumidores em diversas regiões (HITCHMAN, 2015), se constituindo de um formato de gestão cooperativada no escoamento de produção familiar, que se baseia no princípio da corresponsabilidade e apoio entre os produtores e os consumidores, também chamados de coagricultores (VANDERLEI, 2019).

A Comunidade que sustenta a agricultura (CSA) surgiu no Japão na década de 1970, onde um grupo de donas de casa japonesas começou a comprar alimentos diretamente dos agricultores orgânicos, dando início a um novo movimento chamado de *Teikei* (HITCHMAN, 2015). Assim, estas comunidades vêm se destacando, por ser um modelo que possui uma relação mais próxima com os seus consumidores sendo consideradas autossuficiente e autossustentável, por se preocupar em fornecer alimentos saudáveis e de boa qualidade (ALIOTTE *et al.*, 2018).

Especificamente, o cerne desta pesquisa consiste no acompanhamento e avaliação do processo de mudança da comercialização de produtos orgânicos de um sítio localizado no município de Iranduba, estado do Amazonas, escoados para as feiras localizadas na cidade de Manaus e por meio de editais públicos de contratação no fornecimento de produtos realizados pelas propriedades do segmento de agricultura familiar.

Com a decisão de fazer parte do conceito de uma Comunidade que sustenta a agricultura adotado pela CSA BRASIL, o “Sítio ABC” (nomenclatura hipotética que substituirá o real nome da propriedade pesquisada), que optou por mudar a sua forma de comercialização e escoamento da produção agrícola, adotando um modelo de inovação mercadológica, objetivando colaborar com o desenvolvimento sustentável e estimular o comércio justo. Essa nova dinâmica iniciou-se no mês de fevereiro de 2018, tendo como tarefa inicial, planejar a composição das cestas e os devidos custos para os coagricultores.

Desta forma, os agricultores da propriedade rural em estudo decidiram realizar o levantamento de todos os gastos de produção e seus devidos rateios para poder definir o valor de venda a ser cobrado dos coagricultores e através desta tarefa, estabelecer o valor de uma cota contendo uma taxa de internalização de um seguro rural, a ser paga mensalmente, em data definida, para todos os produtos agrícolas colhidos semanalmente e entregues ao público alvo com quantidades pré-definidas, implicando assim em um compromisso implícito da sustentabilidade financeira durante o período acordado.

Assim sendo, este estudo abordou os impactos ocorridos pela adoção do modelo CSA pelo Sítio ABC, mormente ao desempenho financeiro atingido por esta. Destaca-se como limitação da pesquisa, o fato de o período retratado apresentar dois pontos críticos simultâneos: o momento inicial e mais crítico da pandemia do Coronavírus (Covid-19) que afetou as vendas e a divulgação da proposta mercadológica e; o início e adaptação para o modelo de vendas do sítio como exclusivo para a proposta do CSA, o que provocou algumas dificuldades na atração de novos clientes.

Desta forma, este trabalho contribui para a literatura sobre viabilidade econômica de modelos de AFN (mais especificamente circuitos curtos) no Brasil, pois as pesquisas

que tratam o tema concentram-se predominantemente na movimentação financeira gerada (FERREIRA NETO *et al.*, 2015) e na percepção dos agricultores (pressupostos comportamentais) a respeito da adesão da unidade produtiva ao movimento CSA (SANTOS NETA, SCHULTZ, SOUZA, 2022).

Ademais, procurou-se responder à seguinte questão de pesquisa: qual o impacto financeiro da adoção do modelo de comercialização da Comunidade que Sustenta a Agricultura, no faturamento de uma pequena propriedade rural? Assim, o objetivo desta pesquisa é descrever o impacto financeiro causado pela adoção do modelo de comercialização da Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA Manaus, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

Para atender aos objetivos propostos por esta pesquisa, este trabalho foi estruturado em cinco seções. A primeira seção faz uma breve introdução acerca do circuito curto agroalimentar denominado CSA, implantado em várias partes do Brasil e do mundo, explicitando o objetivo da pesquisa. A segunda realiza uma revisão da literatura, discorrendo sobre a atividade rural, a dinâmica de capital de giro e os fundamentos da CSA. A metodologia empregada será apresentada com a terceira seção. A quarta explicitará a análise e a discussão dos resultados encontrados. Por fim, a quinta seção apresenta as conclusões deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar: conceito e características

Conforme Lei Federal n.º 8.023/90 (BRASIL, 1990), considera-se atividade rural a agricultura, a pecuária, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, da avicultura, da cunicultura, da suinocultura, da sericultura, da piscicultura e de outras culturas animais e a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto *in natura*, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada.

Portanto, são classificadas como empresas rurais aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do plantio da terra, da criação de animais e da mutação de alguns específicos produtos agrícolas. O exercício de qualquer atividade ao nível empresarial impõe a execução e gestão dos processos necessários para assegurar a continuidade e, em última instância, a rentabilidade dessa atividade (CREPALDI, 2016; MARION, 2016).

Para gerenciar uma atividade do setor agrário, deve-se considerar o tripé técnico, econômico e financeiro. Os aspectos técnicos consideram a melhor forma para se plantar uma determinada cultura ou a melhor maneira para se criar os animais na área rural. Os econômicos focalizam informações de custo de produção, mão-de-obra, matéria-prima, dentre outros requisitos para analisar combinadamente se a atividade está tendo lucro ou prejuízo. Finalmente, o aspecto financeiro se preocupa com as disponibilidades de caixa para atender as operações de uma empresa, observando possibilidades de obter e aplicar recursos, buscando manter o equilíbrio das finanças do negócio a curto e longo prazo (CREPALDI, 2016; MARION, 2016).

Neste sentido, o uso de ferramentas da contabilidade de forma eficiente pode propiciar melhorias quanto ao desempenho da administração das organizações, para que assim os proprietários possam produzir uma previsão de resultados e definir a trajetória financeira atual e futura dessas propriedades rurais (SILVA, 2017).

Outras finalidades da utilização da contabilidade observáveis, além da tomada de decisões, envolve a comparabilidade de atividades com outros agricultores, a própria avaliação de desempenho econômico e financeiro, além da possibilidade de se realizar um controle mais preciso das transações financeiras (CHAGAS *et al.*, 2014).

Existe ainda, numa empresa rural, dois ciclos que regem a atividade produtiva: o econômico e o financeiro. O ciclo econômico corresponde ao período entre a aquisição de insumos e a venda de produtos agrícolas. Neste contexto, ele está diretamente relacionado ao tempo de duração de seu ciclo produtivo. O ciclo financeiro corresponde ao prazo decorrido entre as saídas de caixa, para pagamento a fornecedores e aquisição de insumos, por exemplo, e as entradas de caixa, com o recebimento de vendas. A relação entre os dois ciclos se perfaz em uma defasagem de tempo dos acontecimentos (CREPALDI, 2016).

Do ponto de vista de sua mensuração, o ciclo financeiro envolve a soma do prazo médio concedido aos clientes com o prazo médio de estocagem dos insumos e a dedução do prazo médio de pagamento de fornecedores (WERNKE, 2022). A partir disso, a avaliação dos gestores deve considerar a duração do ciclo de conversão de caixa, porque quanto maior for sua extensão, maior será o montante de capital de giro a ser disponibilizado para manter as operações comerciais sem interrupções por insolvência (WERNKE, FRANCISCO, JUNGES, 2016).

Sinteticamente, Almeida (2013) define que a gestão do capital de giro para o agronegócio se assenta em um processo operacional no qual se trabalha para comprar estoques, produzir, vender e receber, voltar a comprar estoques, produzir e vender ou receber, visando sempre a resultados positivos ao empreendedor. A gestão do capital de giro, dessa forma, tem a intenção de minimizar o risco de a empresa rural de não ter condições para cumprir suas obrigações a vencer, procurando contrabalançar a estrutura de vencimentos de suas receitas e despesas (CREPALDI, 2016).

2.2 Comunidade que Sustenta a Agricultura: conceito e aspectos financeiros

A CSA como um modelo que propõe uma produção voltada para a valorização de pequenos empreendimentos agrícolas, propiciando a manutenção de uma renda fixa para os pequenos agricultores e suas famílias (MELO, 2020).

Neste sentido, deve-se acrescentar que a essência de organização e o funcionamento de uma CSA que consiste na parceria entre agricultores e consumidores. Estes passam a ser denominados coprodutores, uma vez que participam dos riscos e benefícios da produção, ao se comprometerem em realizar um pagamento mensal e antecipado, para que aqueles obtenham o capital necessário para a manutenção dos plantios, sem necessidade de acesso a algum tipo de linha institucional de financiamento. Em contrapartida, os agricultores fornecem, semanalmente, a sua produção para os coprodutores, sob a forma de cestas de

hortaliças, sendo produtos frescos, da estação e produzidos de forma agroecológica (CSA BRASIL, 2017; MELO, 2020).

Ainda sobre o funcionamento de uma CSA, Ferreira Neto *et al.* (2015) esclarecem que o diferencial deste sistema reside no fato de que as pessoas não escolhem individualmente, como em um supermercado, os itens que receberão. Ao fazer parte de uma CSA, os produtores compreendem a sazonalidade, as intempéries e imprevistos inerentes à atividade agrícola, aceitando as cestas e as suas eventuais variações quantitativas e qualitativas com naturalidade.

Neste sentido, Amorim e Marjotta-Maistro (2019) conceituam a CSA como um contrato de economia solidária, que se baseia no pré-financiamento total da produção pelos membros. O qual permite fornecer um crédito antecipado para os agricultores em fomento à produção. A crítica principal consiste no fato de no sistema convencional, o agricultor que arca com todo o risco produtivo. No que lhe concerne, a CSA permite que os riscos dos agricultores sejam diminuídos e compartilhados com os consumidores, com vantagens para os dois lados, atuando como uma forma de inovação social, com forte potencial para a mudança social e desenvolvimento territorial (DAROLT, 2016; AMORIM; MARJOTTA-MAISTRO, 2019).

No modelo de comercialização CSA, a estratégia adotada associa os consumidores como participantes do negócio, antes mesmo do início do plantio. Os consumidores se comprometem muitas vezes em receber qualquer alimento colhido durante a semana, compartilhando os custos e os riscos do processo produtivo num esforço colaborativo visando compromisso e coparticipação de todos os associados (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Santos Neta, Schultz e Souza (2022) avaliam que, de modo geral, torna-se muito atrativa aos agricultores a oportunidade de acessar um mercado com menor risco financeiro, em que os preços estão diretamente ligados aos seus custos de produção e com uma maior remuneração pela sua mão de obra.

Tomando por base as disposições do Comitê de Pronunciamentos Técnicos CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1), a modalidade CSA se configura como conta de passivo circulante, denominada adiantamento de clientes, posto que, nesta situação, a empresa rural recebe adiantamentos de seus clientes, em decorrência de produtos agrícolas a serem produzidos e comercializados, com o diferencial de que, considerando a atividade produtiva contínua da terra, esse adiantamento não se vincula a um novo processo produtivo, mas faz uso da produção já em andamento.

Outra premissa importante absorvida pela filosofia da CSA vai ao encontro do conceito de seguro agrícola. Conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP, 2022), o seguro agrícola cobre as explorações agrícolas contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos meteorológicos, “envolve basicamente a vida da planta, desde sua emergência até a colheita, contra a maioria dos riscos de origem externa, tais como, incêndio e raio, tromba d’água, ventos fortes, granizo, geada, chuvas excessivas, seca e variação excessiva de temperatura”, garantindo ao segurado a indenização pelo rendimento estimado com a venda da sua colheita.

Na prática, na dinâmica de comercialização da CSA, ocorre o recolhimento de um percentual sobre as cotas, que será revertido para a formação de um fundo monetário para fins de prevenção contra eventualidades no sistema produtivo e, caso ocorra algum imprevisto, pode-se recorrer a esse fundo (SANTOS NETA, SCHULTZ, SOUZA, 2022). Realizada a escolha pelo produtor rural, cabe o controle e o monitoramento em cotejo do que foi orçado/estimado e o que efetivamente está sendo realizado, sendo possível ainda o desenvolvimento de análises, considerando-se outras perspectivas.

De acordo com Gabriel *et al.* (2005), a avaliação de desempenho econômico-financeiro de uma empresa busca identificar os reflexos das decisões tomadas pela administração e os indicadores de rentabilidade desempenham a função de apontar a atratividade dos investimentos. Os índices de rentabilidade visam à medição de qual foi o retorno da empresa no período analisado, em relação às suas vendas totais, total de investimentos e patrimônio líquido.

Dentre os indicadores de rentabilidade existentes, este trabalho tem como base o modelo DuPont, que é um indicador financeiro, surgido no início do século XX, e que busca identificar a área responsável pelo bom ou mau desempenho das empresas, com o objetivo final de mensurar o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) (ANGOTTI, 2010).

Segundo Ferreira (2018), o modelo reúne a lucratividade da companhia por meio de suas vendas, expressada pela margem líquida (ML), e a produtividade – indicando a eficiência da companhia em se desfazer de seus ativos –, sendo expresso pelo giro do ativo (GA). Ambas são indicadas com as equações a seguir:

$$\text{Margem Líquida (ML)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$$

$$\text{Giro do Ativo (GA)} = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total}}$$

O resultado obtido pela multiplicação do indicador de margem líquida e giro do ativo fornece o retorno sobre os ativos (ROA):

$$ROA = ML \times GA$$

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \times \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total}}$$

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Por dedução matemática, obtém-se conclui-se o modelo DuPont multiplicando o grau de alavancagem financeira (MAF), calculado pela relação entre ativo total e patrimônio líquido, pelo retorno sobre os ativos, fornecendo o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Dessa forma, o modelo demonstra se os ganhos estão sendo gerados pela margem obtida nas operações, pelo giro das vendas ou pela alavancagem (endividamento). Segundo Silva (2019), a fórmula do Modelo DuPont para determinação do Retorno do Ativo (ROA) leva em consideração os indicadores relacionados à Lucratividade e Produtividade da empresa, dois elementos-chaves para o sucesso de qualquer negócio.

$$ROA \text{ (DuPont)} = \text{Margem Líquida} \times \text{Giro do Ativo Total}$$

Segregando desta forma, percebe-se que a Margem Líquida indica a rentabilidade das vendas (lucratividade) enquanto o Giro do Ativo Total indica o quão eficientemente a empresa utilizou seus ativos na geração de vendas (produtividade) (SILVA, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 Enquadramento metodológico

A pesquisa se classifica como aplicada, descritiva e aborda o problema de forma mista ou quali-quantitativa. Sobre o procedimento técnico empregado, adotou-se o estudo de caso. Miguel *et al.* (2017) afirmam que o estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo em um contexto real, em geral, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas, com o emprego de poucos objetos de análise.

3.2 Procedimento de coleta e tratamento de dados

No que concerne ao levantamento dos dados necessários, foram primeiramente realizadas entrevistas não estruturadas para conhecer a situação vigente acerca da atividade produtiva, do ciclo operacional, dos processos de trabalho, dos controles contábeis utilizados e a prática comercial adotada para a negociação, a distribuição e o escoamento da produção. Conforme Rauen (2015), esta é uma forma de entrevista geralmente utilizada em pesquisas qualitativas, na qual as perguntas não são previamente definidas e a interação acontece como uma conversa informal, com o propósito de obter informações determinadas. Isto posto deu-se início à coleta dos dados, passando-se à organização e análise documental.

Quanto ao procedimento técnico, a pesquisa pode ser classificada como documental, em que foi feito uso de relatórios e de documentos entregues ao contador responsável pela propriedade como base cadastral, projetos e orçamentos; e pesquisa de campo, realizada mediante entrevista com os proprietários. Por meio dos referidos documentos disponibilizados pela contabilidade e por elementos obtidos na entrevista com o produtor rural, chegou-se à composição dos elementos patrimoniais na data-base, e a composição dos custos e das despesas para o período, o que possibilitou a elaboração de demonstrações contábeis.

Pelo uso do software Microsoft Excel, elaborou-se livros de registros contábeis e financeiros como o livro diário, razão e caixa, para realizar o registro das transações do período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021 do Sítio ABC, utilizando para isto, as notas fiscais e recibos existentes nesta propriedade, com vistas a apresentar os impactos econômico-financeiros com a adoção do modelo de comercialização CSA.

Para realizar o levantamento dos custos das lavouras desta propriedade, foi adotado o método de Custeio por Absorção, onde iniciou-se pelo levantamento dos gastos, separando os custos das despesas para que se pudesse apropriar os custos diretos e indiretos às culturas temporárias e permanentes, objetivando realizar o levantamento do custo da produção acabada e conseqüentemente, apurar o custo do produto vendido e transferindo assim, estas informações para o resultado do exercício (MARTINS, 2018; VICECONTI; NEVES, 2018).

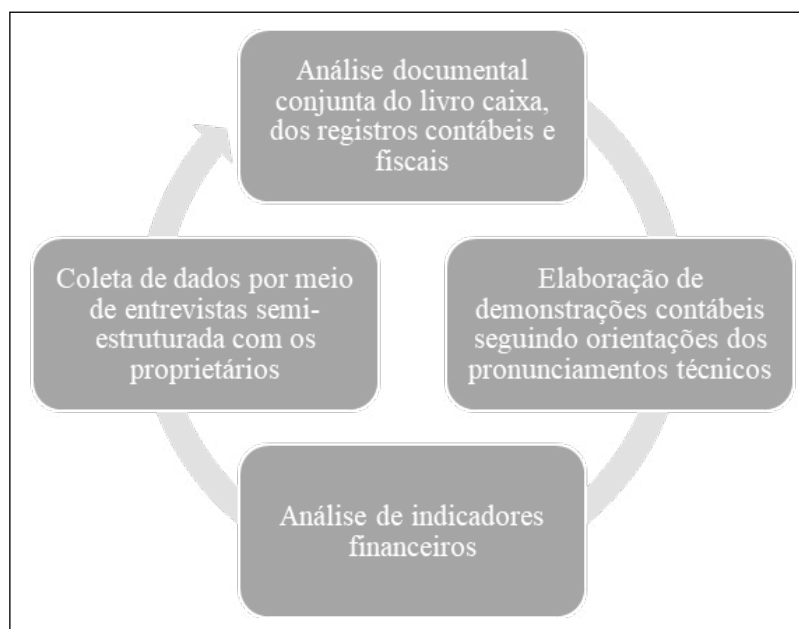
Além disso, foi realizado o inventário de todos os bens da propriedade, incluindo instalações, móveis, culturas, etc. Considerando que a propriedade rural não possuía registros de inventário permanente, nem controle e registro de seus elementos patrimoniais, recorreu-se ao método de mensuração do custo histórico atualizado, em que as notas fiscais e registros históricos dos fatos geradores dos ativos e passivos eram atualizados à moeda corrente. Para seus devidos cálculos de depreciação pelo seu uso devido, utilizando para isto, o método linear, que consiste em dividir esta perda conforme a vida útil estimada destes bens de uso objetivando alocar estes gastos ao produto agrícola (MARION, 2016).

Para isto, observou-se com o levantamento das informações da gestão da propriedade foi realizado por meio do regime de caixa, que consiste em registrar as movimentações no momento que houver a entrada ou a saída de caixa efetiva financeira (MONTOTO, 2018). Desta forma, por considerar que o regime de competência reflete mais adequado segundo as normas de contabilidade para registro destas movimentações, independentemente da data do pagamento e/ou do recebimento dos valores provenientes de compras e vendas a prazo e outros tipos de movimentais, passou-se a adotar este modelo na gestão do Sítio ABC. A adoção do regime de competência passou então a considerar as receitas a receber e as despesas a pagar, a partir do momento de ocorrência de seu fato gerador, considerando o período de elaboração das demonstrações nesta pesquisa.

Desta forma, completados os exercícios de 2019 a 2021, apurou-se o resultado econômico e financeiro do empreendimento, além da expressão da riqueza gerada, refletida no Balanço Patrimonial, elaborando-se as respectivas demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Na sequência, passou-se à análise financeira, tomando por base a análise de rentabilidade pelo método Dupont. As demonstrações contábeis formuladas atenderam às disposições do CPC 29 (ativos biológicos), do CPC 27 (ativo imobilizado), do CPC 26 (apresentação das Demonstrações Contábeis).

Figura 1 – Resumo dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 apresenta um fluxograma dos procedimentos metodológicos utilizados no artigo científico. Ressalta-se que consiste em uma limitação metodológica da pesquisa o uso de estimativas para calcular o custo histórico atualizado e mensurar os custos e valores dos elementos patrimoniais da propriedade rural. Os dados obtidos foram reunidos em tabelas, o seu tratamento e a escrita do artigo ocorreram durante o período de julho a setembro de 2022.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Descrição do caso analisado

Este estudo de caso foi realizado num sítio, localizado no município de Iranduba, no estado do Amazonas, localizado a 28 quilômetros da capital, Manaus. Trata-se de propriedade certificada pelo Sistema Participativo de Garantia Maniva do Amazonas (SPG Maniva) desde 2019, caracterizada como uma unidade de produção de orgânicos desde 2014.

A agricultura desenvolvida nesta propriedade pertence ao âmbito de quatro núcleos familiares, consistindo em um total de duas propriedades com produção própria e, uma propriedade arrendada para terceiros. A área total produtiva totaliza 6,5 hectares. Deste total, 5 hectares do Sítio, são destinados para a reserva de preservação ambiental.

Em relação ao processo de cultivo, estas propriedades adotam o sistema de produção contínua e diversificada, tendo aproximadamente mais de cinquenta culturas, entre

permanentes e temporárias. Conforme Marion (2016), culturas temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após uma única colheita e as culturas as permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção.

Assim, observou-se que, os agricultores adotam o emprego de técnicas como rotação ou consórcio de culturas e utilização de calendário astronômico-agrícola na semeadura. A mão de obra utilizada é predominantemente familiar e abrange todo o processo produtivo e de gestão do Sítio, incluindo a comercialização e a entrega da produção, a divulgação em redes sociais e o implemento de controles administrativos e contábeis da propriedade. Há paridade no reconhecimento da mão de obra realizada por homens e mulheres. Verificou-se ainda o emprego adicional externo a propriedade nos meses de janeiro de 2019 a dezembro de 2021, pago por diárias.

Outra análise corresponde à Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA Manaus, conceituada como uma associação, ainda que não formalizada, ou seja, não constituída enquanto pessoa jurídica de direito privado. Sua condição jurídica, de fato, encontra-se prevista no Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), em seu artigo 53, que declara se constituírem as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos e, em seu parágrafo único, prevê não haver, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

No período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021, foi observada a confluência dessas instituições (produtor rural e associação) que, por autonomia de vontade, decidiram estabelecer uma relação de parceria, baseada na filosofia da CSA. Por conta da Pandemia de COVID-19 e em razão do fechamento de feiras, o que contribuiu para o estreitamento dessas relações.

O início de uma CSA é comumente precedido pela formação de um grupo de coagricultores. Estes, no que lhe concerne, procuram um(a) agricultor(a) para firmarem a parceria. Em reunião, esclarecem seus objetivos, informam quais tipos de alimentos gostariam de receber e o(a) agricultor(a) apresenta o que pode produzir, em função do clima, do tipo de solo e do sistema de produção.

O(a) agricultor(a) apresenta sua planilha de custos, basicamente com valores relativos a insumos (sementes, mudas, adubo, equipamentos e ferramentas, combustível, energia elétrica, etc.) e mão de obra (do agricultor e de quem mais trabalhe na lavoura), manutenção de equipamentos, etc. Os valores são somados e divididos pelo número de famílias capazes de serem abastecidas pelo(a) agricultor(a). Faz-se então um acordo de parceria informal, que pode ser de um ano ou seis meses, e geralmente os coagricultores pagam um valor mensal para buscarem cestas semanais com o número de itens em um local combinado (PENEIREIRO; SILVA, 2018).

No caso da CSA Manaus, o processo de formação foi inverso, sendo proposto pelos próprios agricultores que, imbuídos dos propósitos de identificação e pertencimento nos valores e pautas socioeconômicas do movimento, almejavam a sua implantação no Sítio ABC.

Neste sentido, em fevereiro de 2018, os primeiros passos para a implantação da primeira CSA no Amazonas foram dados, com a adesão de dois coagricultores à proposta de financiamento da agricultura pela comunidade que se organizava.

Para a atribuição do valor de cota, foi realizado um cálculo médio de quanto seria gasto mensalmente para se fazerem as retiradas semanais com a quantidade combinada de itens. O valor definido, portanto, estava baseado no preço médio de vendas e não possuía a capacidade de cobertura da totalidade dos custos e despesas da produção.

Ao ser questionado sobre a expectativa que mantinha sobre a adoção do modelo de financiamento, o agricultor administrador do Sítio ABC afirmava que *“na fase de implantação, o foco era escoar alimentos para 20 famílias, mantendo 20 cotas e que o objetivo da propriedade era reduzir a presença em feiras e vendas, mantendo a CSA e compras públicas como receitas, até atingir a capacidade máxima de produção que a horta suportava”*.

A Tabela 1 apresenta o Balanço Patrimonial levantado sobre o período de 2019 a 2021, na data de 31 de dezembro do ano em evidência. O percentual de variação é expresso nas colunas de Análise Vertical (AV), que indica a representatividade dentro do próprio grupo e pela Análise Horizontal (AH), que retrata a variação ao longo dos anos.

Tabela 1 – Balanço Patrimonial

Ativo	2019			2020			2021		
	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH
Ativo Total	192.070,62	100%	100%	206.881,82	100%	8%	272.981,10	100%	32%
Ativo Circulante	48.180,40	25%	100%	28.646,75	14%	-41%	21.924,57	8%	-23%
Caixa	10.000,00	5%	100%	3.000,00	1%	-70%	10.000,00	4%	233%
Banco	17.550,00	9%	100%	4.844,47	2%	-72%	6.412,57	2%	32%
Clientes	15.000,00	8%	100%	15.000,00	7%	0%	0,00	0%	-100%
Cultura temporária em andamento	5.630,40	3%	100%	5.802,28	3%	3%	5.512,00	2%	-5%
Ativo Não Circulante	143.890,22	75%	100%	178.235,07	86%	24%	251.056,53	92%	41%
Cultura permanente em formação	3.031,76	2%	100%	6.156,10	3%	103%	2.968,00	1%	-52%
Ativo Biológico	-	-	-	1.000,00	0%	100%	4.800,00	2%	380%
(+/-) Ajuste a valor justo	-	-	-	-	-	-	600,00	0%	100%
Cultura permanente formada	8.500,00	4%	100%	8.500,00	4%	0%	14.656,10	5%	72%
(-) Depreciação acumulada	-2.833,33	-1%	100%	-5.666,67	-3%	100%	4.885,37	2%	-186%
Máquinas e Ferramentas	17.623,27	9%	100%	23.025,27	11%	31%	20.404,27	7%	-11%
(-) Depreciação acumulada	-6.828,53	-4%	100%	-8271,61	-4%	21%	-10.123,05	-4%	22%
Instalações	85.208,50	44%	100%	98.170,26	47%	15%	94.050,26	34%	-4%
(-) Depreciação acumulada	-18.761,45	-10%	100%	-27.265,78	-13%	45%	33.450,47	12%	-223%
Veículos	45.000,00	23%	100%	35.600,00	17%	-21%	38.246,67	14%	7%
(-) Depreciação acumulada	-3.550,00	-2%	100%	-9.512,50	-5%	168%	-9.381,56	-3%	-1%
Terrenos	16.500,00	9%	100%	56.500,00	27%	242%	56.500,00	21%	0%
Passivo	2019			2020			2021		
	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH	R\$	AV	AH
Total do passivo e do PL	192.070,62	100%	100%	206.881,82	100%	8%	272.981,10	100%	32%
Passivo Circulante	15.388,98	8%	100%	11.541,81	6%	-25%	2.710,00	1%	-77%
Financiamentos a Pagar	16.241,76	8%	100%	12.181,32	6%	-25%	2.760,00	1%	-77%
(-) Custos de Transação a amortizar	-852,78	0%	100%	-639,51	0%	-25%	-50,00	0%	-92%
Passivo Não Circulante	12.541,81	7%	100%	-	-	-	1.355,00	0%	100%
Financiamentos a Pagar	12.181,32	6%	100%	-	-	-	1.380,00	1%	100%
(-) Custos de Transação a amortizar	-639,51	0%	100%	-	-	-	-25,00	0%	100%
Contas a pagar	1.000,00	1%	100%	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	164.139,83	85%	100%	195.340,01	94%	19%	268.916,10	99%	38%
Capital Social	164.139,83	85%	100%	195.340,01	94%	19%	268.916,10	99%	38%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Pela análise do Balanço Patrimonial, a partir do aumento considerável no valor análise de suas contas de Ativo, acredita-se que a entidade incorreu em um crescente grau de imobilização de recursos, atingindo a marca de 92% de recursos imobilizados em 2021, com a correspondente redução das disponibilidades da propriedade.

Em 2019, a imobilização dos ativos foi de 75%, encontrando-se distribuída preponderantemente entre instalações, veículos e máquinas. A partir de 2020, a conta Terrenos ganha maior relevância, em detrimento da conta Veículos. Tal fato é confirmado pela negociação ocorrida, em que um dos veículos foi utilizado para a aquisição de terreno. A depreciação acumulada é expressiva, uma vez que se trata de maquinário e instalações já antigas, em que não foi considerada a existência de valor residual para o cálculo e adotados os parâmetros da Receita Federal para o cômputo.

Ressalta-se ainda que a propriedade rural deu início à exploração das atividades pecuárias de criação de peixes em 2020 e de abelhas em 2021, não verificada, outrossim, uma materialidade dentro do grupo de ativos.

O Balanço Patrimonial da entidade, em suas Contas de Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia a decrescente utilização de recursos de terceiros (financiadores, bancos e outros credores). O patrimônio dos sócios que, em 2019, financiava 85% das aplicações da entidade, atingiu, em 2021, o patamar de 99%.

Observa-se neste ponto que a situação acima exposta corrobora um dos objetivos estabelecidos pela CSA, que preconiza que o agricultor não dependa de fontes externas de financiamento. Todavia, os recursos de curto prazo estão sendo consumidos rapidamente, o que deve ser observado pelo produtor rural, pois é através dessas fontes que o ciclo financeiro da entidade é sustentado.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é a demonstração contábil que ordena as receitas e despesas da propriedade para apuração do lucro ou prejuízo do exercício, fornecendo consideráveis informações em determinado período (ASSAF NETO, 2007).

A Tabela 2 apresenta a DRE apurada no período de 2019 a 2021, na data de 31 de dezembro do ano em evidência. O percentual de variação é expresso nas colunas de Análise Vertical (AV), que indica a representatividade dentro do próprio grupo e pela Análise Horizontal (AH), que retrata a variação ao longo dos anos.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício	R\$	2019 AV	AH	R\$	2020 AV	AH	R\$	2021 AV	AH
Receita líquida	142.006,00	100%	100%	127.323,70	100%	-10%	108.687,85	100%	-15%
Feiras	68.489,00	48%	100%	13.040,00	10%	-81%	-	98%	7%
Compras Públicas	19.917,00	14%	100%	13.246,50	10%	-33%	-	2%	27%
CSA	46.975,00	33%	100%	99.461,20	78%	112%	106.678,85	-85%	-4%
Vendas avulsas	6.625,00	5%	100%	1.576,00	1%	-76%	2.009,00		
(-) Custo dos Produtos Agrícolas Vendidos	89.584,96	-63%	100%	96.031,89	-75%	7%	92.070,55		
(=) Resultado Operacional Bruto	52.421,04	37%	100%	31.291,81	25%	-40%	16.617,30	15%	-47%
(-) Despesas com vendas	-13.942,00	-10%	100%	-14.284,78	-11%	2%	-11.220,57	-10%	-21%
(-) Despesas Gerais e Administrativas	-5.532,50	-4%	100%	-8.585,50	-7%	55%	-11.283,47	-10%	31%
(-) Outras Despesas	3.800,00	3%	100%	23.312,50	18%	513%	600,00	1%	97%
(+) Outras receitas									
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras	36.746,54	26%	100%	31.734,03	25%	-14%	-5.286,74	-5%	-117%
(-) Despesas Financeiras	-1.478,95	-1%	100%	-4.440,75	-3%		-2.045,34	-2%	-54%
(+) Receitas Financeiras									
(=) Resultado antes dos Tributos sobre o lucro	35.267,59	25%	100%	27.293,28	21%	-23%	-7.332,08	-7%	-127%
(-) Despesas com tributos sobre o lucro									
(=) Resultado líquido das Operações Continuadas	35.267,59	25%	100%	27.293,28	21%	-23%	-7.332,08	-7%	-127%
(+/-) Resultado líquido das Operações Descontinuadas									
(=) Resultado líquido do exercício	35.267,59	25%	100%	27.293,28	21%	-23%	-7.332,08	-7%	-127%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que a CSA passa a ser o principal cliente da propriedade rural, tendo em vista que, em 2019, respondia somente por 33% do faturamento, ampliando sua participação para 78% em 2020 e atingindo a marca de 98% em 2021.

Por outro lado, a receita líquida apresenta redução, no acumulado de 2019 a 2021, de quase 25%. Com relação ao custo dos produtos agrícolas vendidos, houve um aumento de 7% em 2020, seguida de uma redução de 4% em 2021. A combinação desses fatores, por si só, já reflete um resultado operacional bruto em queda. No conjunto das despesas operacionais, houve redução do grupo de despesas com vendas, impulsionadas por menores gastos com manutenção dos veículos e pela aquisição de embalagens. Já as despesas gerais e administrativas aumentaram em todo o período.

O desempenho refletido no lucro líquido do exercício de 2019 não se repete nos anos seguintes: em 2020, o resultado econômico positivo verificado tem sua origem na receita com ganhos de capital, oriunda da venda de bens do ativo não circulante (imobilizado - veículos). Entretanto, em 2021, ainda que incorporada ao resultado operacional, a receita de avaliação do ativo biológico “peixe” ao valor de mercado, numa aproximação ao que seria a mensuração ao valor justo, conforme CPC 29, não foi resultado suficiente a contrapor as

despesas verificadas no período, incorrendo a entidade em prejuízo econômico, na ordem de R\$ 7.332,08.

A Tabela 3 reúne as DFCs da entidade rural, nos períodos de 2019 a 2021.

Tabela 3 – Demonstração do Fluxo de Caixa

DFC - MÉTODO INDIRETO			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2020	2021
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 35.267,59	R\$ 27.293,28	-R\$ 7.332,08
(+) Despesas com depreciação	R\$ 15.223,02	R\$ 23.015,83	R\$ 20.928,12
(-) Ganho de capital		-R\$ 23.312,50	
(-) Ajustes de reclassificação			-R\$ 600,00
(=) Lucro Líquido Ajustado	R\$ 50.490,61	R\$ 26.996,61	R\$ 13.596,04
Recebimento de Clientes	R\$ 29.355,00		R\$ 15.000,00
Aumento do saldo de clientes	-R\$ 15.000,00		
Aumento nos Estoques	-R\$ 8.662,16	-R\$ 3.296,22	R\$ 3.478,38
Aumento no Contas a pagar	R\$ 1.000,00	-R\$ 1.000,00	
Caixa gerado pelas operações	R\$ 57.183,45	R\$ 22.700,39	R\$ 32.074,42
(-) Juros pagos	-R\$ 1.478,95	-R\$ 4.440,75	-R\$ 2.045,34
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	R\$ 55.704,50	R\$ 18.259,64	R\$ 30.029,08
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(-) Aumento Imobilizado	-R\$ 53.223,50	-R\$ 26.163,76	-R\$ 9.180,89
(+) Venda de imobilizado			
(=) Caixa consumido atividade de investimento	-R\$ 53.223,50	-R\$ 26.163,76	-R\$ 9.180,89
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
(+) Caixa recebido de empréstimos a pagar	R\$ 25.000,00		R\$ 4.900,00
(+) integralizações de capital	R\$ 6.000,00		
(-) Amortizações de empréstimos a pagar	-R\$ 2.581,49	-R\$ 11.801,01	-R\$ 12.180,49
(=) Caixa gerado atividade de financiamento	R\$ 28.418,51	-R\$ 11.801,01	-R\$ 7.280,49
Varição de caixa	R\$ 30.899,51	-R\$ 19.705,13	R\$ 13.567,70

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que o fluxo de caixa das atividades operacionais é positivo constando como R\$ 55.704,50 em 2019, R\$ 18.259,64 em 2020 e R\$ 30.029,08 em 2021. Além disso, verificou-se melhores resultados em 2019 e 2021, o que em hipótese pode estar ligado ao recebimento de clientes ocorrido nesses anos, que em ambos os casos está atrelado a contratos de compras públicas de produtos agrícolas entregues em exercícios anteriores.

No fluxo de caixa, verifica-se o consumo de caixa para aumento do imobilizado em todos os anos. Conforme informações e documentos apresentados pelos produtores, verificou-se que parte desses investimentos está associada à melhoria e ampliação das instalações, cujos benefícios serão usufruídos por mais de um ano.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento complementa os dois fluxos anteriores e evidencia que, no ano de 2019, houve a contratação de financiamento, bem como o aporte de capital social em dinheiro por sócio, para fazer face aos projetos de investimento implementados no mesmo ano. Nos anos de 2020 e 2021, majoritariamente, ocorreram restituição (amortização e pagamento de encargos financeiros) dos empréstimos contratados.

Apresentadas as principais demonstrações contábeis do Sítio ABC, passa-se à análise dos indicadores de rentabilidade, conforme o método DuPont. Para o seu emprego,

os indicadores são pinçados de informações constantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício e, ato contínuo, são realizadas operações entre estes, para o cálculo da rentabilidade. São eles: Giro do Ativo, Margem Líquida, Retorno do Ativo (ROA), Multiplicador de Alavancagem Financeira e Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com Assaf Neto (2007), o índice de Giro do Ativo indica o número de vezes que o ativo total da organização girou em um determinado período, transformando-se em dinheiro, em função das vendas realizadas. Expressa o quanto uma empresa vendeu para cada \$1,00 de investimento total. Do ponto de vista financeiro, quanto maior o indicador, mais eficientes são as operações da organização. A Tabela 4 expressa os resultados encontrados no Dupont, em face do período analisado.

Tabela 4 – Indicadores DuPont

DuPont	GIRO DO ATIVO TOTAL	MARGEM LÍQUIDA	MULTIPLICADOR ALAVANCAGEM FINANCEIRA	ROA	ROE
SÍTIO 2019	0,74	0,22	1,17	0,16	0,19
SÍTIO 2020	0,62	0,03	1,06	0,02	0,02
SÍTIO 2021	0,40	-0,07	1,02	-0,03	-0,03

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Neste caso, verificou-se redução do indicador em todos os anos, denotando uma baixa eficiência no uso de ativos, uma possível explicação para essa redução é o aumento na imobilização dos ativos (terrenos, máquinas e equipamentos e veículos) sem um equivalente aumento no lucro líquido da propriedade. Silva (2010) esclarece que a Margem Líquida representa a lucratividade para a organização em relação às vendas líquidas do período. Em resumo, representa o percentual de lucro líquido que uma determinada empresa possui em relação à receita total. Sob a ótica financeira, é o quanto se obtém de lucro para cada \$1,00 vendido.

Segundo Assaf Neto (2007), a Margem Líquida traduz a eficiência da empresa quanto à capacidade de atingir o efeito esperado por ela própria, ou seja, a produção de lucros por meio das vendas, contado em termos líquidos. Para o caso demonstrado, o referido indicador apresenta redução em todos os anos, denotando uma baixa na eficiência operacional.

O multiplicador do Patrimônio Líquido ou multiplicador do capital próprio mostra o potencial de geração de ativos a partir do patrimônio líquido. De acordo com Carnett, Adair e Nofsinger (2012), quanto mais baixo o índice do multiplicador de patrimônio líquido, menos dívida e mais capital próprio se usa para financiar os ativos empresariais. Conforme é possível verificar, o referido indicador apresenta redução em todos os anos, denotando a baixa participação de recursos de terceiros para o financiamento da atividade produtiva.

O índice de Rentabilidade do Ativo demonstra qual a margem líquida que a empresa consegue obter em relação aos investimentos feitos no ativo. De acordo com Matarazzo (2010), o ROA indica quanto se obtém de lucro para cada \$1,00 de investimento total. De forma sucinta, mostra a eficiência da aplicação dos ativos e quanto lucro eles estão gerando. O autor ainda complementa que o ROA não é exatamente uma medida de rentabilidade do capital, mas uma medida do potencial de geração de lucro e capitalização. Quanto a este indicador, apresenta-se redução em todos os anos, denotando um baixo potencial na geração de lucros pelo Sítio ABC.

O retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) mede o ganho obtido sobre o capital próprio. Conforme Assaf Neto (2007), o ROE se trata da mensuração do retorno que se tem sobre recursos aplicados por seus proprietários (acionistas), ou seja, para cada R\$ 1,00 de recursos próprios (patrimônio líquido investido na empresa), quanto os acionistas embolsam de retorno. O referido indicador apresenta redução em todos os anos, evidenciando que o retorno dos investimentos aos proprietários decresce a cada ano, acompanhando o baixo desempenho demonstrado pelos indicadores anteriormente examinados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo descrever o impacto financeiro causado pela adoção do modelo de comercialização da Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA Manaus, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021. Por meio de entrevistas realizadas com os produtores e de levantamento documental de notas fiscais e registros históricos, percebeu-se que a propriedade não possuía controle permanente dos fatos contábeis, optando pelo regime de caixa para reconhecer suas receitas e despesas. A partir dessa percepção foram feitos ajustes para considerar não apenas o resultado financeiro, expresso em caixa, mas também o resultado econômico refletido pela atividade comercial e produtiva da propriedade rural.

Inicialmente, foi avaliado financeiramente o impacto da adoção de um novo modelo de comercialização por meio da elaboração de demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e fluxo de caixa) e do cálculo de indicadores financeiros e da análise Dupont (Giro do Ativo, Margem Líquida, Retorno do Ativo, Multiplicador de Alavancagem Financeira e Retorno sobre o Patrimônio Líquido). Os principais resultados expressos por demonstração contábil analisada revelam que, para os anos 2019, 2020 e 2021, o patrimônio líquido do Sítio ABC evoluiu de R\$ 164.139,83 para R\$ 268.916,10, o que representa um substancial aumento na riqueza própria do sítio. Analisando qualitativamente o balanço patrimonial, observa-se a propriedade rural passou a depender menos do capital de terceiros, quitando boa parte de seus empréstimos e financiamentos. Além dessa independência do capital de terceiros, foram adquiridos novos ativos imobilizados, o que tem potencial de contribuir com a produtividade do sítio, garantindo sua continuidade no médio prazo.

O mesmo cenário positivo se repete na análise da demonstração de fluxo de caixa, em que mesmo com o cenário econômico desfavorável (por conta da pandemia de Covid-19) o sítio continuou sendo capaz de produzir caixa para garantir suas atividades operacionais sem recorrer a financiamentos ou empréstimos.

Por outro lado, por meio da análise da demonstração do resultado do exercício, percebe-se que o resultado líquido do exercício caiu consideravelmente, o que fez com que no exercício de 2021 a propriedade rural apresentasse um prejuízo. Toda via, questiona-se se esse prejuízo é um resultado temporário que os empreendedores estão arcando no modelo CSA, com vistas a usufruir do pioneirismo e, quando muitos mais novos clientes forem conquistados, melhorará a relação preço x volume e, em última instância, a relação tripla preço x volume x alavancagem.

Verificou-se, portanto, que a implantação da CSA pelo sítio ainda não atingiu seu potencial financeiro esperado pelos produtores (a ponto de superar a receita auferida antes da adoção do modelo), revelando-se, contudo, uma metodologia interessante e promissora, caso o estreitamento e a convergência dos agricultores com coagricultores alcance a materialização do conceito ideológico de financiamento da atividade rural preconizado, acrescido da internalização de um seguro rural.

O prejuízo pode ser justificado, por exemplo, pelo fato de o preço da assinatura ainda não ter atingido o máximo que os clientes atuais e potenciais estão dispostos a pagar. Um ajuste do preço da assinatura poderia trazer de volta para o empreendimento os resultados positivos observados com o modelo feira. Em comparação com este, o modelo CSA embute incentivos desfavoráveis à geração de valor, pois direciona desperdícios, ao perder a especificidade da relação preço/custo atribuída a cada item produzido e comercializado.

Dentro da filosofia da CSA, tal observação pode ser associada a um dos pressupostos de seu funcionamento, em que se relata a construção de uma cultura do apreço, ao invés de uma cultura do preço, a qual, contudo, não pode ser entendida de forma isolada e conflitante com os demais valores da Comunidade: o preço justo e a remuneração justa são pilares de uma relação de parceria dentro da CSA.

Ressalta-se mais uma vez a limitação descrita na introdução da pesquisa, em que se descreve 2020 como um ano de contração na economia brasileira, apresentando queda de 1,5% no primeiro trimestre de 2020, em relação ao último trimestre de 2019, e queda de 0,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, já refletindo os efeitos da COVID-19 e a paralização das atividades a partir da segunda quinzena de março.

Como sugestão de pesquisa, para estudos futuros, propõe-se retomar a pesquisa com os agricultores do Sítio, para verificar se a participação da CSA passou a ser suficiente à cobertura de custos e despesas da propriedade e às suas necessidades de investimento. Bem como aplicar o método Dupont para a comparação dos indicadores e do desempenho que refletem em outras CSAs, em especial as localizadas na Região Norte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karini Zilli de. **Contabilidade rural: ferramentas estratégicas de apoio a gestão do agronegócio**. 2013.

ALLOTTE Joseane Thereza Bigaran; LIMA, Dag Mendonça; OLIVEIRA, Andréa Leda Ramos de. Caracterização da Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) no Brasil **Revista ESPACIOS**, v. 39, n.42, 2018.

AMORIM, Joana Ortega de Lima; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. Aspectos econômicos das comunidades que sustentam a agricultura no Brasil e na Alemanha: Proposição de indicadores qualitativos e análise comparativa entre os países. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 12, p. 29661-29687, 2019.

ANGOTTI, Marcello. **Análise DuPont como ferramenta de apoio às decisões de investimento em ações**. 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei Nº 8.023, de 12 de abril de 1990. Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências. Brasília.

CHAGAS, Mário Francisco *et al.* O USO DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE NA ATIVIDADE RURAL. **Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática**, v. 2, n. 1, 2014.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico n.º 26 (R1)** – Apresentação das demonstrações contábeis, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

DAROLT, Moacir Roberto *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 01-22, 2016.

FERREIRA, Guilherme Afonso. A Importância dos Indicadores da Análise Dupont no Múltiplo EV/Ebitda em Diferentes Setores da Economia. **Monografia** (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Insper. São Paulo, 2018.

FERREIRA NETO, Djalma Nery *et al.* Financiamento da produção agroecológica a partir do modelo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura): um panorama no estado de São Paulo. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2015.

GABRIEL, Fabiano; ASSAF NETO, Alexandre; CORRAR, Luiz João. O impacto do fim da correção monetária no retorno sobre o patrimônio líquido dos bancos no Brasil. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 40, n. 1, p. 44-54, 2005.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

HITCHMAN, Judith. Agricultura Sustentada pela Comunidade: um modelo que prospera na China. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, Agricultura Sustentada pela Comunidade: um modelo que prospera na China, v. 12, n. 2, p. 33–38, 2015. Disponível em: <http://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/Agriculturas_V12N2_Artigo4.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: Contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MONTOTO, Eugênio. **Contabilidade Geral e Avançada**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATARAZZO, Dante Carmina. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Angelina Moreira. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): o que sustenta a comunidade? **Dissertação** (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 157f. 2020.

MICHEL-VILLARREAL, R., HINGLEY, M., CANAVARI, M., & BREGOLI, I. Sustainability in Alternative Food Networks: A Systematic Literature Review. **Sustainability**, v. 11, n. 3, pp. 859, 2019. doi:10.3390/su11030859

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli; SILVA, Maria Elena Ferreira. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): do preço para o apreço—aprendizagem coletiva na lógica do bem viver. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

RAUEN, Fábio. **Roteiros de iniciação científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção da apresentação**. Editora Unisul, 2015.

SANTOS NETA, Marina de Camargo; SCHULTZ, Glauco; SOUZA, Marcelino de. Comunidade que sustenta a agricultura (CSA): representa uma tendência de transição do sistema agroalimentar?. Colóquio (Taquara): **Revista das Faculdades de Taquara**. Vol. 19, n. 1 p. 169-190, 2022.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Alexandre Alcântara da Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis / Alexandre Alcântara da Silva. – 5. ed. – [2. Reimpr.]. - São Paulo : Atlas, 2019.

SILVA, Leidian Moura da. Benefícios da contabilidade rural para a agricultura familiar: um estudo sobre famílias na cidade Capitão Poço–Pará. In: 2º Congresso de Contabilidade da UFU–Contabilidade, Gestão e Agronegócio. 2017.

SUSEP. Seguro Rural. Superintendência de Seguros Privados, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/susep/pt-br/planos-e-produtos/seguros/seguro-rural>. Acesso em: 21 set 2022.

VANDERLEI, Maísa Masciel. **Avaliação de experiências de economia solidária: a experiência da CSA Aldeia do Altiplano em Brasília**. 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24942/1/2019_MaisaMascielVanderlei_tcc.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2018.

WERNKE, Rodney. Avaliação do resultado de produtos de pequena indústria considerando as despesas financeiras oriundas da duração do ciclo financeiro e da respectiva necessidade de capital de giro. **Exacta**, v. 20, n. 4. p.1062–1083, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5585/exactaep.2021.18754>.

WERNKE, Rodney.; FRANCISCO, Denise. Mendes.; JUNGES, Ivone. Efeito dos prazos no resultado das vendas de cooperativa de rizicultores: estudo de caso. **Custos e @gronegócios Online**, v. 12, n. 4, pp. 110-139, 2016.